AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

RESIDÊNCIA AGRÁRIA: PROJETO UNIVERSITÁRIO E CAMPONÊS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

MARIA INÊS ESCOBAR COSTA CASIMIRO;

UNIVERSIDADE DE BRASILIA

BRASILIA - DF - BRASIL

inescobar@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

CIÊNCIA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PESQUISA.

RESIDÊNCIA AGRÁRIA: PROJETO UNIVERSITÁRIO E CAMPONÊS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

Grupo de Pesquisa: Ciência Inovação Tecnológica e Pesquisa

INTRODUÇÃO

Este trabalho anseia se tornar uma contribuição para as pessoas que buscam caminhos novos dentro da educação, especialmente a educação profissional, pessoas que buscam estratégias para uma revolução do campo e da cidade, que altere para sempre as condições de abandono dos homens e mulheres do campo, as condições de miséria da cidade, também para as pessoas que estão dentro da máquina do estado e acreditam que as políticas públicas, particularmente as de educação, também são fundamentais e estão no cerne de uma mudança social na luta dos povos do campo e na questão agrária. Para isso estudo a experiência do Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica, que tem sido chamado de Residência Agrária. Este programa é do Ministério do Desenvolvimento Agrário e é executado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA em parceria com as universidades públicas e movimentos sociais do campo. Mas a pergunta central é qual a necessidade de uma Residência Agrária? E a partir da experiência nascente deste programa avaliar seu desenho, como política pública, sua adequação e coerência com a realidade do campo e das universidades.

Para este trabalho analiso a construção do programa nacional como política pública e escolho tratar de forma mais detalhada o caso da Residência Agrária no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. A escolha do tema alicerçou-se na importância e no potencial de transformação que tem o trabalho dos(as) profissionais que atuam em Assistência Técnica e Extensão Rural, portanto, sua formação tem um peso quase decisivo neste processo. Tem-se como objetivo geral, demonstrar os possíveis impactos de uma política de

educação do campo, focada na formação dos(as) profissionais de Ciências Agrárias sobre os assentamentos e áreas de agricultura familiar e sobre as próprias universidades envolvidas.

Em termos de procedimento metodológico, foi imprescindível uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, artigos científicos, publicações da Educação do Campo e formação profissional das agrárias disponíveis em bibliotecas e instituições públicas e na Internet, com a finalidade de construir um embasamento teórico do tema.

A pesquisa de campo foi realizada mediante observação participante[1] nas reuniões de construção dos cinco projetos de especialização, nos encerramentos dos estágios de vivência no Estado do Piauí e Ceará e nas reuniões de planejamento, monitoramento e acompanhamento da Coordenação Nacional e da Coordenação Tecno-científica, ambas sediadas em Brasília.

A estrutura deste trabalho consiste de quatro capítulos e das interpretações e conclusões. No primeiro capítulo enfoca-se a construção do programa e suas etapas: o estágio de vivência, a pesquisa e os currículos dos cursos. No segundo capítulo abordam-se o contexto que se insere este programa a partir de alguns paradigmas que disputam espaço na realidade brasileira. No terceiro capítulo analiso o caso da Residência no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, tratados como estratégicos para o programa, analisando os dados e as informações coletados na pesquisa de campo, com a finalidade de extrair as mudanças, transformações e impactos dessa experiência.

Finalizando, apresentam-se as interpretações e conclusões da investigação, que são recheadas de minha história e que vão se entrelaçando nestas linhas. Afinal, apesar de optar pela agronomia, uma engenharia, sempre flertei com a educação, aprendi muito no período de graduação, principalmente com as dificuldades de estar naquele lugar especial – a Universidade. A Universidade me propiciou uma diversidade de experiências e conhecimentos, que não estavam exatamente dentro do currículo do curso que havia escolhido, mas estavam na conjunção de realidades ali presentes que dividiam o mesmo espaço, o mesmo tempo, a mesma vida – a vida universitária. Enquanto cursava agronomia desenvolvia outra atividade educacional – o Programa de Educação em Solos e Meio Ambiente\PES. Neste programa montávamos oficinas para crianças e jovens do pré ao ensino médio, trabalhávamos com as diferentes texturas dos solos, suas cores, suas formas, também com a magia das pedras (rochas e minerais), seus produtos, suas relações conosco. À medida que o trabalho ia se consolidando também avançávamos na reflexão, trabalhávamos com professores, principalmente a questão da resiginficação dos conteúdos das ciências, discutíamos as metodologias e os livros didáticos.

Mais no final do curso estava fazendo trabalhos de extensão em assentamentos da Reforma Agrária, tentando juntar e articular os saberes e habilidades aprendidas ao longo dos anos. Somando os dados técnicos (e ainda me lembro meio contraditórios) das disciplinas, a arte e a estética do trabalho com a terra no PES e uma vontade imensa de construir com agricultores e agricultoras um espaço de vida digna. Então depois de algumas oficinas de percepção ambiental, organização territorial, integrei uma equipe interdisciplinar que tinha a tarefa de elaboração de Planos de Desenvolvimentos de sete assentamentos de Reforma Agrária. Foi neste momento que explicitou-se o universo camponês de maneira mais profunda.

Este último trabalho marca definitivamente escolhas futuras, o desafio de sair de uma área de Mata Atlântica (Zona da Mata Mineira) vir para o Cerrado (Entorno do DF) conviver com agricultores(as), em sua grande parte nordestinos ou filhos de nordestinos que

[1] Observação Participante:

emigraram trouxe-me a multidimensionalidade, pois, se materializava ali o encontro de culturas e trajetórias diferentes, biomas diferenciados (Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado) na busca da construção de um território uno e diverso – um território camponês. E neste contexto a Questão Agrária e Ambiental seriam chaves para clarear a leitura da realidade e junto com os povos do campo construir caminhos de des – envolvimento, caminhos de felicidade, de realizações, de luta e de trabalho.

Embora todos nós estivéssemos em um espaço cerratense nossas memórias nordestinas e mineiras nos remetiam à experiências produtivas diversas, as plantas, minerais e animais tinham significados e importâncias diferenciadas. Ainda me lembro como tinha saudade dos morros e do verde de Minas, lembro-me da "fissura" de vários assentados em produzir bode ou plantar côco, assim nossas vidas também se entrelaçaram e nos deparamos estar perto das terras onde Guimarães Rosa se referiu como o Grande Sertão Veredas. Então só me restava seguir suas palavras, já que em meio a tantas contradições, conflitos, carências e lutas me sentia já uma sertaneja, e ele dizia que "o sertanejo antes de tudo é um forte!".

E foi problematizando minha prática e a dos colegas da equipe que o objeto deste trabalho foi surgindo e se materializou com o lançamento do Programa de Residência Agrária pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o qual faço análise de sua relevância e contribuição para a agricultura familiar camponesa e Reforma Agrária.

1 – RESIDÊNCIA AGRÁRIA: UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

"Se não morre aquele que planta uma árvore ou escreve um livro,
menos ainda morre o educador que planta almas e escreve nos espíritos".
Bertolt Brecht

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o Programa de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica – Residência Agrária, afim de compreendermos seus pressupostos teóricos, seu nascedouro, sua interface com as demandas da sociedade e a articulação com uma política nacional de Educação do Campo, que hoje está centrada no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

O Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica – *Residência Agrária* se constituiu um espaço formativo estratégico na formação dos profissionais das ciências agrárias. Embora tenha pouco tempo de existência já apresenta aspectos que indicam sua originalidade no educar, sua coragem, ao propor novas fórmulas e ao resgatar as antigas, que foram esquecidas porque não interessavam ao capital. A centralidade desta proposta pedagógica está no homem e na mulher do campo, portanto, os movimentos sociais e sindicais do campo compõem, junto com as universidades, os projetos político-pedagógicos que se inserem no Programa, acompanham o trabalho de campo avaliando e sendo avaliados. Esta proposta ainda tem muitos desafios para sua consolidação: o descompasso dos calendários das universidades, a dificuldade das universidades em realizarem trabalhos coletivos, entre escolas, inter e transdisciplinares, a dificuldade de comunicação e às difíceis condições de acesso aos assentamentos, realidade enfrentada todos os dias pelas famílias assentadas.

Este programa nasce da discussão de muitas universidades sobre formação profissional nas ciências agrárias, do movimento estudantil, principalmente da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, que realiza o Estágio de Vivência e

estágios profissionais, além de outras iniciativas formativas que discutem o papel desses profissionais frente a um projeto de nação. Esta discussão encontrou eco dentro do programa de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que em uma articulação com o Gabinete do MDA instituiu o programa através da Portaria 057 de 23 de julho de 2004 deste Ministério. Assim, o programa de Residência Agrária nasce herdando o acúmulo da discussão da Educação do Campo além dos movimentos discentes e docente por uma formação mais comprometida com o desenvolvimento do campo e essencialmente dos povos do campo.

O "desenho" do Programa reproduz experiências consagradas nas universidades, nos movimentos sociais e a partir delas constrói um modelo de Residência. Pensado em duas fases: uma que é denominada estágio de vivência, para os estudantes no último período das ciências agrárias e outra, após a formatura destes mesmos estudantes que é a especialização, sendo uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada à profissionais das ciências agrárias ou profissionais que atuam em instituições ou organizações de assistência técnica e extensão rural, sob a forma de curso de especialização, caracterizada pela capacitação no trabalho (assentamentos de Reforma Agrária e áreas de Agricultura Familiar), funcionando sob a responsabilidade de instituições públicas de ensino universitário, sob a orientação de profissionais reconhecidos ética e profissionalmente e por colegiados locais constituídos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, representantes dos movimentos sociais, das universidades e instituições prestadoras de assistência técnica. A metodologia utilizada se baseia na pedagogia da alternância, onde os estudantes têm um tempo universidade onde os conteúdos são trabalhados e outro tempo comunidade, que é o espaço de reflexão e ação junto com a comunidade.

Na maioria das universidades públicas do país, não é difícil constatar que a Agronomia (acrescenta-se os demais cursos das agrárias)[2]não atingiu ainda a sua maturidade[3] , o que possibilitaria uma ação de vanguarda na realidade agrária brasileira, colocando-se de forma ética, pluralista e propositiva, juntamente com outras ciências, a serviço do conjunto da sociedade brasileira, como ensina o professor Valdo Cavalett em seu trabalho sobre *A Formação do Engenheiro Agrônomo*[4]. Portanto, a Residência Agrária optou por não iniciar diretamente com os profissionais em campo interferindo em uma realidade desconhecida pela maciça maioria deles – a realidade camponesa. O primeiro passo seria vivenciar o campo.

1.1 – O ESTÁGIO DE VIVÊNCIA: 1ª ETAPA DA RESIDÊNCIA

[2]Observação da autora

[3]SANTOS (1989) *apud* CAVALETT, 1999. O desenvolvimento da ciência madura processa-se em duas fases, a fase da ciência normal e a fase da ciência revolucionária. Na fase da ciência normal as soluções são propostas dentro do mesmo paradigma. Na fase da ciência revolucionária as soluções não são mais possíveis dentro do mesmo paradigma e através da contribuição e geração de conhecimentos externos a ele emerge uma nova base de conceitos e alternativas que podem vir a se constituir um novo modelo paradigmático.

[4]CAVALETT(1999)

Foto: Luciano UFPI

A Universidade quando se insere no programa deve promover inicialmente um Estágio de Vivência – esta é a primeira fase da Residência. Neste estágio os estudantes vão à campo vivenciar o dia-a-dia das famílias que trabalham e vivem do campo. A idéia é um compartilhar de olhares, de saberes, é quebrar a arrogância muitas vezes evidenciada na postura dos técnicos e reforçada pela universidade através da hierarquização do conhecimento. Neste momento realiza-se um pacto entre estudante e comunidade: é um pedido de entrada, é um reconhecimento das limitações e um se dispor a contribuir a partir da troca de aprendizagens. Não é um momento fácil, pois, os estudantes estão vivenciando as questões da juventude, o peso da formatura, de um diploma e o desafio de uma realidade diferente onde vão se deparar com sintaxes diferentes, lógicas produtivas diferentes e outras visões de mundo. É também na vivência que vêem na prática o que muitas vezes só viram nos livros, e que vão confrontar "o aprendido", e ter a possibilidade de contribuir criticamente a partir de sua formação e de sua vida.

A primeira turma deste programa teve o estágio de vivência prolongado na maioria dos estados, cerca de seis meses e tinham a figura do orientador acadêmico (professor da universidade) e um orientador de campo (técnico que atuava no local). Nesta etapa, constatou-se também que a maioria dos professores das universidades agrárias que integram a Residência nunca haviam ido à um assentamento ou os conheciam superficialmente.

> *"Nós já fazíamos extensão, um curso aqui, outro lá, um dia de campo, mas dessa forma é a primeira vez e dificilmente nós professores que passamos por esta experiência voltaremos a fazer da forma que fazíamos."(Professora, seminário de encerramento do estágio de vivência)*

> *"Vocês estavam com medo de ir para os assentamentos, serem rejeitados ou perguntados, mas devo confessar que quem estava com medo éramos nós, só que não deixávamos transparecer, pois, como orientar os estudantes num estágio em uma realidade que desconhecíamos totalmente?..."(Professor, seminário de encerramento do estágio de vivência)*

Neste aspecto, a Residência Agrária tem um papel fundamental de aproximar a universidade, os pesquisadores das questões reais das famílias camponesas. Envolvê-los neste universo, comprometê-los com a melhoria da qualidade de vida destas pessoas também é um dos objetivos do programa. Houve um caso em uma das universidades da primeira turma cujo professor orientador também era coordenador de estágios. Após seu envolvimento com o programa o leque de estágios oferecidos pela escola aumenta tornando-se mais representativo da realidade que os alunos encontrarão após sua formatura. O estágio que ora era oferecido em empresas e fazendas, agora também pode

ser realizados em áreas de agricultura familiar e reforma agrária. No seminário de encerramento da vivência foi firmado um termo de cooperação entre Incra e a Universidade daquele estado. Casos como este nos mostram a importância desta primeira fase, que na verdade não é um estágio de vivência, é estágio de Vivências, onde professores(as), agricultores(as), estudantes, técnicos(as) mergulham em uma realidade de coração aberto para aprender e ensinar. E aprendendo ensinam e ensinando aprendem...

É claro nem todas as escolas deram este caráter ao Estágio de Vivência, tivemos escolas com uma imensa dificuldade de se desapegarem do vício tecnicista de chegarem nas áreas de campo com a postura de quem veio com um conhecimento técnico e superior para auxiliar a vida dos camponeses desvalidos de tudo. Esta situação ocorre principalmente quando os colegiados locais não funcionam e quando na discussão de planejamento não há a presença dos movimentos sociais, da federação dos estudantes de agronomia (que já tem larga experiência no Estágio de Vivência) e de professores que já trabalharam com agricultura camponesa construindo saber com os trabalhadores.

Em alguns casos, os técnicos orientadores de campo que deveriam fazer "a entrada" dos estudantes e professores nas áreas, por já conhecerem a realidades e as pessoas, não funcionaram bem, pois, em alguns lugares estavam chegando como os estudantes (recém contratados pelo serviço de ATES[5]) ou ainda não compreendiam bem os princípios do Programa levando-os a utilizar os estudantes como estagiários da prestadora, suprindo precariedades das equipes. Estes estudantes não foram bem compreendidos pelas comunidades, pois, aos seus olhos eram simplesmente representantes das prestadoras, tendo que responder por questões de crédito, atraso do banco, etc...os estudantes por sua vez encantados pelo status de técnico perante a comunidade assumiram este papel construído equivocadamente, não tendo assim a oportunidade de se banhar na lógica e na simbólica da vida camponesa nem de vivenciar com os trabalhadores.

Estas vivências diferenciadas foram confrontadas quando os estudantes se reuniam para avaliar e trocar experiências, e os níveis de troca vão aumentando quando as escolas se reúnem, as regionais, os estados... e assim o papel de cada sujeito vai sendo refletido, os erros e acertos, as aprendizagens, as superações e as limitações vão sendo explicitadas e registradas para contribuírem com a turma seguinte.

Outro aspecto importante desta etapa é a preparação anterior à vivência, neste momento acontece a sensibilização das famílias que receberão os estudantes. Os técnicos, professores e estudantes consolidam e validam à coordenação colegiada, se discute e fortalece os princípios do programa, se entende o sentido de vivenciar com os agricultores e agricultoras. As escolas que fizeram uma boa preparação tiveram mais êxito na vivência. Questões discutidas na preparação puderam ser confrontadas em campo durante a vivência e rediscutidas no retorno, algumas dessas questões viraram trabalho de conclusão de curso. O Estudo Participativo da Realidade exigido ao final do período de vivência pela coordenação do programa poderia se converter em monografia e trabalho de final de curso, como optaram algumas escolas (Quadro 1).

Quadro 1 – Lista dos trabalhos de conclusão de curso dos Residentes da Universidade Federal do Ceará após Estágio de Vivência

Estudante /Curso	**Título do Trabalho**
Geraldo Soares de Oliveira Filho Agronomia	O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar e o serviço de assistência técnica na realidade camponesa: o caso do assentamento Transval/Pau de Leite em Canindé-CE

[5]Assessoria Técnica Social e Ambiental - INCRA

Karla Genuca de Sousa Agronomia	Espaço coletivo de produção: desafios da organização do trabalho no assentamento Erva Moura, Pentecostes-CE
Marco Aurélio Cavalcanti Duarte Agronomia	Estágio de vivência no assentamento Novo Horizonte, Tururu-CE compreendendo a nucleação como uma nova forma participativa de organização.
Joaz Alves da Silva Agronomia	Avaliação do potencial de produção coletiva de hortaliças no assentamento Raposa, município de Santa Quitéria-CE
Sara Maria Spinosa Juvêncio Economia Doméstica.	Da ocupação ao assentamento: a atuação da mulher em Nova Canaã
Rosana Ximenes Silva Martins Economia Doméstica	Mulher e crochê: construindo significados
Vitória Laura da Silva Mendes Agronomia	Estágio de Vivência em Novo Juazeiro, Independência - CE: aprendendo com a realidade do Semi-árido.
Luciana Rodrigues Ramos Economia Doméstica	Convivência com o Semi-árido: a utilização da caatinga no dia-a-dia das famílias do assentamento Palmares Crateús-CE
Clarissa Maria Telles Vieira Engenharia de Pesca	Gestão coletiva de recursos hídricos em assentamentos de reforma agrária: o caso São Joaquim Madalena-CE
Sandra Aguiar Cavalcante Economia Doméstica	Mulher X Tempo: O Cotidiano Feminino no Assentamento Matriz de São Gonçalo, Ipueiras-CE
Lídia Francisca Leal Mendonça Engenharia de Alimentos	O Beneficiamento do Pendúnculo do Caju no Assentamento Lagoa do Mineiro, Itarema-CE
Ana Maria Timbó Duarte Economia Doméstica	Segurança Alimentar em um Assentamento Rural: da Produção ao Consumo

Uma ferramenta importante para este produto é o diário de campo, que registra as percepções, as angústias, inseguranças, aspectos sociais, políticos, físicos, antropológicos, agronômicos do local da vivência. É um caderninho, o qual, os estudantes levam para campo, afim de, fazerem suas anotações, já devidamente orientados pela coordenação pedagógica.

1.2 – CONSTRUINDO A PESQUISA DA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

A idéia é que neste momento o estudante, já articulado com o técnico que atua no local, e com a ajuda do professor orientador e representantes da comunidade possa formular um esboço de plano de trabalho para o período em que voltará para a área na qual terá sua ação e realizará sua pesquisa durante dois anos. Este constituiu-se mais um desafio do Programa, pois a concepção de pesquisa essencialmente para a maioria dos professores das ciências agrárias envolvidos no Programa se reportava às pesquisas apenas experimentais, ou sob ambientes controlados, ou apenas tecnológicas, focadas nos aspectos produtivistas, unidimensionais, concebendo uma distância enorme entre teoria e prática. A proposta da pesquisa na Residência Agrária tem um aspecto multidimensional, transdisciplinar, complexo como a realidade camponesa, portanto, via-se necessário seguir em frente sempre avaliando, considerando as limitações de todos no processo e sem ter medo de reformular, reinventar, reconstruir.

Na região Nordeste, houve a possibilidade de reunião dos professores orientadores para o I Encontro de Formação dos Formadores da Residência Agrária do Nordeste, que se realizou em Aracaju em Junho de 2005. A reunião de 60 profissionais de ensino superior de universidades federais do nordeste foi um marco de grande importância. Nesta reunião doutores e mestres das ciências agrárias e sociais discutiram sobre a ciência nas ciências agrárias, a partir de uma profunda discussão sobre: A Questão Agrária, Paradigmas, Educação do Campo e participaram de uma oficina pedagógica discutindo Formação Profissional e transdiciplinariedade, a partir daí e da vivência nos assentamentos passou-se à discutir sobre os dois cursos de especialização que aconteceriam naquela região compondo assim a Residência Agrária propriamente dita. Este encontro foi um marco nas

ciências agrárias do nordeste, pois, a reunião de um grupo relevante de professores (coordenadores de curso, de estágio, chefes de centro, coordenadores de disciplinas...) dispostos a discutir sobre sua prática, sobre novas pedagogias e fundamentalmente sobre a Questão Agrária representa um movimento dentro da universidade que tem um grande potencial de trasformação. Este potencial de resgatar as universidades para seu propósito maior, que é servir o povo, gerar conhecimento que melhore a vida da população e não estar a serviço de interesses privados. Portanto, cabe aqui relembrar uma pequena parte do discurso de Che Guevara no auditório da Universidade de Las Villas, ao receber o título de doutor honoris causa da Faculdade de Pedagogia.

> *O que tenho a dizer à universidade... tenho a dizer que se pinte de negro, que se pinte de mulato,não somente entre os alunos, mas também entre os professores; que se pinte de operário e de camponês, que se pinte de povo porque a universidade não é patrimônio de nada e pertence ao povo de Cuba... ou a universidade se pinta de povo ou fecha suas portas e o povo a romperá e a pintará com as cores que quiser. Para se chegar ao povo tem que se sentir povo. Há que se saber o que quer, o que necessita, o que sente o povo. Há que se fazer um pouco de estatística universitária e perguntar quantos operários, camponeses, homens que tem que suar a camisa oito horas diárias, estão aqui nessa universidade.*
> *... que a educação seja o pão de cada dia do povo de Cuba.*

A perspectiva, então é que a partir deste encontro com os formadores do Nordeste, se alavancasse a construção de uma Rede Nacional de Pesquisadores da Residência Agrária e da Educação do Campo. Onde possamos criar um fluxo de informações, de interfaces entre as pesquisas, análises globais – locais que possam contribuir com os movimentos populares e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, campesinas e urbanas. Segundo Abdel-Moneim, 2002[6], na sociedade da informação, as redes sociais primárias – interindividuais ou coletivas – caracterizam-se por serem presenciais, em espaços contíguos, criando territórios no sentido tradicional dos termo , isto é, geograficamente,delimitados; enquanto isso, as redes virtuais, resultantes do ciberativismo, são intencionais, transcedem as fronteiras espaciais das redes presenciais, criando portanto, territórios virtuais cujas configurações se definem pelas adesões por uma causa ou por afinidades políticas, culturais ou ideológicas. Todavia elas poderão vir a ter impacto sobre as redes presenciais e vice-versa, numa constante dialética entre o local e o mais global, entre o presencial e o virtual, entre o ativismo do cotidiano e o ciberativismo, podendo vir auxiliar na formação de movimentos cidadãos transnacionais ou globalizados. Há, portanto, um deslocamento das fronteiras tradicionais comunitárias, locais, para o plano global, bem como se abre a possibilidade de atores globais revisitarem constantemente os planos locais, na construção de movimentos globalizados, construídos em torno de impactos e visões alternativas.

Pensar na pesquisa desta Residência é pensar a pesquisa sob diversos níveis e dimensões: a pesquisa dentro das universidades, sua relevância, sua articulação com o real,

[6]Abdel-Moneim, 2002, *apud* SHERER-WARREN.I

o perfil dos professores que realizam estas pesquisas e que serão orientadores na Residência

Este ponto começo a tratar no próximo tópico, considero-o essencial, pois, a experiência de construção dos currículos foi extremamente significante, nos trouxe grandes perspectivas de transformação e nos disse muito quanto aos desafios de superação na formação dos novos técnicos educadores e dos nossos formadores há muito já formados, mas ainda em construção, como todos nós.

1.3 – PENSANDO OS CURRÍCULOS

Enquanto aconteciam 15 Estágios de Vivência em 15 estados diferentes, a coordenação nacional promovia as reuniões regionais para construção dos cursos de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo. Ao contrário da Residência Médica cujas especializações são especificidades da medicina, a Residência Agrária tenta compor a esfacelada multidimensionalidade do universo rural se restringindo à especificidade da produção de base familiar-camponesa.

A tentativa era reunir os sujeitos envolvidos no programa para a partir da realidade, pensarem onde há carências na formação desses profissionais, e quais habilidades, conhecimentos são necessários para a especificidade da agricultura camponesa e reforma agrária? A composição do grupo que se reunia era sempre variada,, regra geral a maioria era de professores das ciências agrárias, representantes dos movimentos sociais, técnicos do INCRA, às vezes representantes dos estudantes e coordenação nacional. Uma participação fundamental neste processo foi dos estudantes da Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento do PRONERA[7], sua participação foi fundamental, pois traziam a experiência acumulada da Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo e dos cursos formais do PRONERA. Dessa forma, estes estudantes foram incorporados no programa como monitores. E sua contribuição está em dividir, multiplicar, adaptar a experiência rica dos cursos coordenados pelos movimentos sociais em conjunto com as universidades. Vejamos a seguir a concepção dos dois tempos formativos mais importantes nesta concepção de curso.

> *O Tempo Comunidade: representa o tempo não presencial, compreenderá as viagens de campo orientadas; a realização de seminários temáticos, voltados para aprofundar temas geradores; a realização de visitas a instituições para a coleta de informações e de dados para a pesquisa; dentre outras atividades a serem planejadas oportunamente.*
>
> *O Tempo Universidade ou Tempo Presencial de cada Etapa de Aprendizagem será planejado na primeira semana de cada Etapa e compreenderá tempos de estudo, de trocas, dentre outras formas e ações pedagógicas a serem construídas e incorporadas ao longo do Curso. Ao final de cada Etapa se realizará uma avaliação.*
>
> *A forma de organização dos estudantes e o processo de gestão do Curso serão discutidos e definidos com a turma, nos primeiros dias da primeira etapa do Curso, com base numa proposta de gestão participativa e colegiada a ser apresentada pelo Colegiado Ampliado do Curso.*[8]

[7]Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
[8] fragmento do projeto de curso da Especialização coordenada pela Universidade Federal do Ceará

Questões há muito abandonadas ou apagadas nos cursos dentro das universidades deveriam necessariamente estar presentes na Residência, como de maneira geral estão nos cursos da Educação do Campo: o compromisso com o estudo, a responsabilidade coletiva, arte e cultura, o trabalho solidário, cooperativo, a avaliação permanente, coletiva e individual ... os cursos deveriam se realizar dentro da perspectiva da Alternância[9], e assim os monitores teriam muito à contribuir a partir de sua avaliação e crítica aos êxitos e dificuldades dentro dos cursos do PRONERA. Apesar de estarmos trabalhando com alguns professores que coordenam e acompanham os cursos da Educação do Campo, ainda foi freqüente escutarmos ou percebermos falas que entendiam o "Tempo Comunidade", (referente ao período de tempo em que os estudantes estão em campo) como o tempo da prática e o "Tempo Universidade ou Tempo Escola", como o tempo da teoria. Esta separação é letal para a construção de conhecimento que queremos e reflete vícios antigos que têm raízes no pensamento cartesiano de construção do saber. A prática do técnico educador deve estar repleta de teoria, de reflexão e suas teorias devem estar alicerçadas na realidade prática. Mas como nossa reflexão epistemológica avança mais rápido que nossa prática fomos sentindo que na hora de colocar de pé o curso, as formas tradicionais se pronunciavam.

O primeiro impulso era ir recheando o currículo com as disciplinas que os professores já ministravam, que já havia em outras especializações, então, com a ajuda dos monitores que conhecem bem o campo, retornávamos sempre à pergunta: o que é necessário para esse profissional contribua efetivamente na vida dos povos do campo? Assim, nos aproximávamos mais do real.

Aí vinha o segundo impulso: são muitos os conhecimentos necessários para estes profissionais: históricos, sociológicos, antropológicos para que faça uma leitura mais crítica da realidade, das relações, também é necessário um conhecimento técnico agroecológico, para contribuir com alternativas mais sustentáveis e uma prática pedagógica consistente, com conhecimentos metodológicos, comunicativos, culturais que favoreçam a organização do povo, a troca de conhecimentos, a produção e reprodução cultural do povo.

Nas primeiras tentativas tínhamos em nossas mãos um "Mega Doutorado", então caíamos em um curso extremamente conteudista, pesado e fora da proposta da Residência. O que nos auxiliaria mais tarde seria a preciosa contribuição dos técnicos que já estão em campo, dos militantes do setor de produção dos movimentos que trouxeram os principais gargalos da prática do técnico. Junto com a ousadia de alguns professores que propuseram metodologias diferentes de funcionamento dos cursos. Então a partir daí surgiram formatos interessantes como o curso da região Norte que realiza uma etapa em cada região (Altamira, Marabá e Rio Branco) escolhendo uma temática forte daquela regional amazônica, e a partir dela os eixos temáticos vão sendo abordados. A maior parte dos cursos trabalha com a idéia de módulos ou eixos temáticos, assim as diversas áreas do conhecimento são chamadas a contribuir com determinada temática sem cair nas limitações disciplinares. Tarefa difícil esta, pois, toda lógica na construção de currículos tem girado em torno das disciplinas. Recordo uma exaustiva reunião de um dia inteiro que no meio da tarde, depois de uma discussão acalorada, profunda sobre o que move as

[9]Pedagogia da Alternância: Permite espaços formativos na escola e no campo alternando de acordo com as necessidades do trabalho e da cultura dos homens e mulheres do campo, respeitando sua identidade, ciclos, trabalho.

pessoas no processo de aprendizagem, como se dá a construção do saber, uma professora exclamou:

> *Gente tudo bem! Mas não vejo como começarmos a montar este curso se não for a partir das disciplinas...*

(Professora em reunião de construção do currículo do curso da Região Sul/Sudeste)

Então começamos pelas disciplinas e na reunião seguinte começamos contando a experiência dos outros cursos o que nos ajudou a avançar um pouco mais.

Os eixos temáticos nos cinco cursos giraram em torno basicamente dos seguintes ítens:

1. Campo e Desenvolvimento
2. Economia Camponesa, sócio-economia solidária
3. Agroecologia, produção e sustentabilidade
4. Educação do Campo e Desenvolvimento, metodologia

Algumas escolas optaram por designar um coordenador por eixo temático, este profissional não precisaria necessariamente ser detentor de conhecimento específico sobre aquela temática, mas de forma especial conhecer a construção metodológica do curso e contribuir no diálogo entre as áreas do conhecimento, entre os professores que trabalhariam com aquele eixo. Desta maneira, ele seria uma ponte para o diálogo de saberes de forma mais didática e coerente. Considerando que os cursos são interestaduais e que são indicados professores de outros estados para contribuírem, viu-se que era necessário que este coordenador articulasse todo o trabalho, acertando as agendas, minimizando o individualismo metodológico, fazendo com que os professores das diferentes áreas não trouxessem partes isoladas do todo, mas que problematizassem as interfaces de cada área, e assim vão construindo com os estudantes este todo, que na verdade nunca chega a ser todo.

1.3.1 Agroecologia

Houve uma grande dificuldade de encontrar professores que tivessem afinidade com esta proposta metodológica em algumas áreas, em alguns estados. Também acredito que há uma lacuna muito grande do conhecimento no que diz respeito à Economia Camponesa e até mesmo sobre o conhecimento agroecológico. Quanto a este último GOMES[10] nos ajuda a entender:

> *A agroecologia é considerada uma disciplina científica que transcende os limites da própria ciência, ao pretender incorporar questões não tratadas pela ciência clássica (relações sociais de produção, eqüidade, segurança alimentar, autoconsumo, qualidade de vida, sustentabilidade, etc.). A ciência clássica ficou mais restrita à exatidão, às medidas, ao exame das quantidades, o que exige controle e rigor, ou seja, pressupondo a aplicação de um método. Tratar uma disciplina científica que não se restringe ao campo específico da ciência exige uma primeira ruptura epistemológica, do antigo conceito de demarcação entre ciência e não-ciência, e a conseqüente aceitação de que a ciência não tem o monopólio sobre o*

[10]GOMES. J. C.C (2005)

> *conhecimento válido. Esta é a primeira grande dificuldade para a pesquisa em agroecologia.*

Um dos princípios do programa é romper com um modelo de produção excludente, violento e poluidor. É fundamental em nossa residência agrária instrumentar estes profissionais para construção de um novo paradigma – agroecológico, que ainda não existe, pois, só se consolidará como novo paradigma, segundo GOMES quando quando ocorrer uma profunda ruptura na base epistemológica que dá sustentação ao paradigma ainda em vigor.

> *Aceitar que os conhecimentos produzidos em outros contextos, além daqueles considerados científicos, também são válidos, significa colocar em discussão os referenciais mais caros à ciência clássica (e aos próprios pesquisadores): objetividade, neutralidade, busca da verdade, conhecimento desinteressado do mundo, etc. Se a ciência não representa a única fonte de conhecimento válido, se os conhecimentos tradicionais e os saberes cotidianos também devem ser considerados na produção do conhecimento agroecológico, então é necessário promover "o diálogo de saberes", em outras palavras, a articulação entre o conhecimento científico e os outros saberes produzidos através do tempo. Isto não é uma coisa fácil, se considerarmos a formação dos pesquisadores, a cultura e a estrutura das instituições.*

RESIDÊNCIA AGRÁRIA NO BRASIL

Mapa de Localização das Universidades que se aglutinam na realização dos Cursos de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo.

1.3.2 – Economia camponesa

O outro gargalo, ou quem sabe o caminho... a economia camponesa! Nossos professores formados no pensamento neoclássico e com pouco conhecimento da economia moral da produção familiar, da lógica e simbólica camponesa têm dificuldade de trabalhar os conteúdos da economia, administração, contabilidade para a especificidade da agricultura familiar. Os próprios setores de produção dos movimentos sociais do campo ainda utilizam planilhas demonstrativas de viabilidade econômico-financeira, afim de financiamento da produção (Pronaf's) que não refletem a realidade da evolução produtiva das família. Faltam modelos, faltam experiências nos diferentes ecossistemas, nas diferentes culturas e identidades camponesas. Visualizar a possibilidade de um mercado nacional camponês, de regras diferenciadas é um passo bem mais ousado, mas quem sabe um sonho possível, somos tão complementares, assentamentos que abatem, outros que processam, áreas de turismo rural familiar, áreas produtoras de hortaliças, núcleos consumidores e assim por diante. Mas os grupos embora complementares não se enxergam, imersos na penumbra de um mercado capitalista competitivo, de exploração, de concentração de renda e egoísmo. A academia necessita se banhar na lógica sobrevivente do camponês, na lógica cooperativa que o faz resistir na terra e a partir dessa vivência, somada ao conhecimento científico acumulado elaborar propostas junto com os agricultores e agricultoras de viabilidade econômico-financeira, de melhoria de vida, de

vitalização de uma sócio-economia solidária movimentando mercados excluídos e explorados: camponês, extrativista, da pesca artesanal, e tantos outros. Esta é um dos desafios para estes jovens residentes com seus orientadores e as comunidades que os recebem.

Outro aspecto ou temática que não apareceu explícita nos currículos e que considero de importância relevante, como temática que ancora tantas outras capazes de estruturar ferramentas de desenvolvimento é o direito agrário e ambiental. Partindo do pressuposto, como ensina a professora Cristiane Derani,[11] que a concepção dos direitos de propriedade está no cerne das políticas ambientais (acrescento agrárias também) porque o tratamento jurídico dos bens ambientais vai depender de como o direito regula as relações entre os seres e as coisas. E considerando que a história de ocupação do território brasileiro, de organização fundiária e a sua formação social marcam decisivamente nossas concepções de direito, de educação e de uso e democratização da terra, este técnico educador, agente de desenvolvimento deverá conhecer o pano de fundo das políticas ambientais e agrárias, a concepção de direito que as regula. Como diz Herkenhoff [12] a apropriação histórica do Direito e do instrumental jurídico pelos movimentos populares, na estratégia da luta popular tem desmistificado o Direito como código secreto, cujo conhecimento depende de uma senha de que só os iniciados (membros das classes dominantes) são portadores. A perspectiva apresentada é que o Direito Ambiental e Agrário seja algo construído por homens e mulheres, pelas classes populares, pelas organizações coletivas, pela luta diuturna e assim abra-se como desafio de aliança dos juristas com os movimentos populares para que de fato todos possamos ter *direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado*, considerando a sociedade como parte deste meio e uma Reforma Agrária justa com assistência técnica de qualidade como assegura o texto constitucional.

2 – O PANO DE FUNDO

Este capítulo discute de maneira simples e resumida em que território de disputas conceituais e de conjuntura política a Residência Agrária se insere. O próprio nome Residência Agrária e não Residência Agronômica reflete em que "chão pisa" e a que se propõe discutir. De maneira mais ampla este programa se insere em todas as questões da "Questão Agrária brasileira" e não se restringe apenas à uma discussão de matrizes tecnológicas. Portanto, entender o que se quer expressar com o tema *Questão Agrária* é fundamental neste momento.

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA

Partindo do pressuposto,[13] que a concepção dos direitos de propriedade está no cerne das políticas ambientais (acrescento agrárias também) porque o tratamento jurídico dos bens ambientais vai depender de como o direito regula as relações entre os seres e as coisas. E considerando que a história de ocupação do território brasileiro, de organização fundiária e a sua formação social marcam decisivamente nossas concepções de direito, de educação e de uso e democratização da terra, proponho um desafio transdisciplinar de iniciar o mapeamento desta história para apontarmos o tamanho do desafio que temos na construção da Educação do Campo, da Reforma Agrária e de uma Residência Agrária.

[11]DERANI.C. (2003)
[12]HERKENHOFF. J. B. 1996
[13]DERANI, Cristiane 2003

Este tópico tenta observar a construção ideológica do modelo de campo e desenvolvimento atualmente hegemônico, sua relação com a história e suas brechas. Estas brechas são iniciativas contra-hegemônicas que fazem o movimento de luta e reflexão na sociedade, iniciativas, projetos, ações por vezes contraditórios, cheios de instabilidades e inseguranças compõe um importante fator de transformação social, mas como diz Boaventura,[14] nesta fase de transição e de revolução científica, a insegurança resulta ainda do fato de a nossa reflexão epistemológica ser muito mais avançada e sofisticada que nossa prática. Sabemo-nos a caminho, mas não exatamente onde estamos na jornada. A condição epistemológica da ciência repercute-se na condição existencial dos cientistas.

Esta ciência da transformação social, da disputa pelas políticas públicas, da contradição entre as teorias do Estado, movimentos sociais e conjunturas políticas tem cunhado um saber esclarecido que articula universidades, movimentos sociais, ong's e setores do governo na construção dos direitos.

A Questão Agrária foi construída ao longo do século 20 – área de estudo específica que trata como a sociedade organiza a posse, o uso e produção dos bens agrícolas para atender às suas necessidades. *AGROS* do grego significa terra e questão significa um problema, uma indagação. Várias áreas do conhecimento são chamadas à contribuir na discussão da Questão Agrária: história, geografia, antropologia, sociologia, física, matemática, agronomia entre outras.

No debate da economia política, feito no capitalismo, surge outra expressão "problema agrário" querendo expressar a concentração da propriedade da terra. Fato este que impediria o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, desta forma, passa a revelar apenas uma especificidade da questão agrária e não o todo que é o que dá condições de permanência e desenvolvimento das famílias no campo (educação, assistência técnica, comercialização, matriz tecnológica, créditos...)

Neste prisma, a discussão da Reforma Agrária se intensifica, a luta pela terra segue crescente e as disputas se acirram. Na verdade o próprio termo "Reforma Agrária" não traduz o que de fato querem os movimentos pela terra. Este termo cunhado no século XIX pelos governos burgueses, na perspectiva das sociedades capitalistas de democratizarem a terra e desenvolverem o capitalismo.

A forma como se resolve a questão agrária está diretamente relacionada com o modo de produção da sociedade em geral (comunismo primitivo, feudalismo, asiático, capitalismo...). Hoje segundo a FIPE a agricultura familiar tem 33 % de participação no Produto Interno Bruto do país – PIB, mas ainda é tratada como um "público ruim" para investimento de recursos. Essencialmente os trabalhadores da agricultura familiar camponesa, os assentados de Reforma Agrária têm carregado esta imagem. As pesquisas nos informam que mesmo se não fosse por uma dívida histórica, o fortalecimento das políticas públicas para este setor é um estratégico investimento econômico, de relevância para o desenvolvimento do país. Ao compararmos as taxas de inadimplência dos assentados de Reforma Agrária com as do Agronegócio verificaremos que as dos trabalhadores da Reforma Agrária e Agricultura Familiar são bem menores, segundo dados da Superintendência Nacional do Banco do Brasil.

Por fim, quero lembrar que embora marginalizada em termos de recursos financeiros a pesquisa nesta área tem vitalidade, encontra eco em várias escolas e institutos de pesquisa

[14] BOAVENTURA, Souza Santos, 2004

do país e por este motivo o Programa Nacional de Residência Agrária se pôs de pé em praticamente um ano, consolidando uma Rede nacional de pesquisadores da Residência Agrária e Educação do Campo. Pois a pesquisa em torno da Questão Agrária ainda encontra-se fragmentada, amedrontada, necessita interlocução de diferentes atores sociais, pesquisadores de áreas do conhecimento diferentes, grupos de pesquisa ligados à realidade do campo e um programa como este guarda em si uma grande potência de articulação de uma pesquisa Nacional de grande relevância para o país, mesmo contendo em si sérias contradições, disputas conceituais e dificuldades estruturais, que se constituem nos desafios para o avanço desta política.

3 – O MÉTODO: O CASO DO CEARÁ, PIAUÍ E RIO GRANDE DO NORTE

Como visto no mapa da página 12 os cursos de especialização são realizados em parceria com um grupo de universidades da mesma região. Uma das universidades certifica o curso mas as outras participam integralmente da elaboração do projeto e da coordenação colegiada. No caso em questão estamos falando do grupo: Universidade Federal do Ceará, Federal Rural do Semi-árido (antiga ESAM) e Federal do Piauí, a que certifica é a Universidade Federal do Ceará – UFC, que tem um grupo de professores com uma história de luta e pesquisa ao lado dos movimentos sociais do campo.

A UFC tem 54 cursos de graduação, 44 cursos de mestrado e 18 cursos de doutorado, reúne 233 grupos ativos de pesquisa e 328 projetos de extensão que dão continuidade a projetos estruturantes nas áreas da indústria, agricultura, pecuária, finanças, saúde, turismo, transporte, educação, habitação e saneamento básico. No que se refere ao apoio à políticas voltadas para a reforma agrária, a UFC contribuiu para a operacionalização do I° PRRA através da formulação de metodologias para a elaboração e acompanhamento de assentamentos e na capacitação de técnicos e assentados no estado do Ceará. Na década de 1990 com a realização de uma parceria entre o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras/CRUB e o Ministério Extraordinário da Política Fundiária/MEPF criou-se nas universidades grupos de trabalho em reforma agrária, para realizarem atividades de pesquisa e ensino sobre a temática. Em 1996, essa parceria realizou o I Censo Nacional da Reforma Agrária do Brasil, que contou com a participação de 29 universidades, dentre elas a UFC. Em seguida a UFC participou do Projeto Lumiar voltado para assessorar técnicos para atuarem em assistência técnica e passou a coordenar o Programa Nacional de Educação em Reforma Agrária/PRONERA nas suas ações de formação de pessoal.

A partir do ano de 2001, a UFC tem coordenado anualmente, o Curso de Formação sobre a Realidade Brasileira para cerca de 500 jovens de áreas de assentamentos rurais do estado do Ceará. Tem ainda participado da instalação de Centros Rurais de Inclusão Digital em áreas de assentamentos e realizado pesquisas em algumas áreas de conhecimento do interesse dos movimentos sociais rurais e das famílias assentadas, tais como: políticas fundiárias, qualidade de vida, mudanças econômicas, relações de gênero, impactos de políticas públicas nas regiões litorâneas, política e cultura e seus sentidos para os jovens assentados, dentre outras. Todos estes argumentos foram colocados em reunião com representantes das outras universidades para que ao final decidíssemos coletivamente qual a escola que melhor abrigaria a sede do curso de Especialização da Residência Agrária.

A Universidade Federal do Piauí conta com o Centro de Ciências Agrárias que tem os cursos de Graduação em Medicina Veterinária e Engenharia Agronômica. Conta, também, com o Hospital Veterinário dotado de uma boa infra-estrutura, capaz de atender ao público externo à UFPI, além de dar apoio ao incremento de pesquisas do mestrado em Ciência Animal. O grupo envolvido é em sua maioria de jovens professores que não possuem inserção nem conhecimento médio das áreas de Reforma Agrária e agricultura familiar que rodeiam a própria universidade, sem experiência de Estágios Interdisciplinares de Vivência e nem de trabalhos e pesquisas inter e transdisciplinares com os agricultores. É um grupo empenhado, com formação extremamente tradicional dentro das ciências agrárias mas com aberturas para construções de saberes diferenciadas.

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) foi inicialmente criada pela Prefeitura Municipal de Mossoró, através do Decreto N° 03/67, teve, na sua fase de implantação, como entidade mantenedora, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Foi incorporada à Rede Federal de Ensino Superior como autarquia em regime especial, em 1969, dois anos após sua criação, através do Decreto-lei N° 1036, de 21 de outubro de 1969.

Seu primeiro curso, o de Agronomia, foi autorizado a funcionar pela Resolução N° 103/67 do Egrégio Conselho Estadual de Educação. Em 26 de dezembro de 1994 foi aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) o funcionamento do Curso de Medicina Veterinária e, recentemente, foram criados os cursos de Zootecnia e Engenharia Agrícola, por meio da Portaria Ministerial MEC 3.788 e 3.789, datada de 12 de dezembro de 2003. Desde a sua criação em 1967, tem no ensino de graduação a marca maior de sua relação com a comunidade mossoroense e regional. Com o passar do tempo, essa tradição tem sido alterada, na medida em que se consolidam a Pesquisa Acadêmica e a implantação de programas de Pós-Graduação. Hoje poucos projetos de pesquisa e extensão são desenvolvidos com os trabalhadores rurais das dezenas de assentamentos que circundam Mossoró. O trabalho com a agricultura camponesa é quase incipiente e a dificuldade de organizar um grupo de professores comprometidos com esta área foi grande. Contamos inicialmente com três professores que estavam chegando à escola depois do doutorado, e sua animação e compromisso tem contagiado e comprometido os estudantes desta escola. Depois deste panorama, foi consolidado a escolha da Universidade Federal do Ceará.

Este curso tem revolucionado o conceito e prática da oferta das especializações nas universidades brasileiras, desde a construção do currículo, extremamente dialogada como INCRA, com as outras universidades, com o rigor dos movimentos sociais do campo até com a difícil agenda dos professores das nossas universidades. Este grupo entende de forma especial a intencionalidade do programa, levando-o para dentro da universidade de forma a institucionaliza-lo, tornar-se corpo da academia, forçando-as a abrir suas portas para o debate da Questão Agrária, do desenvolvimento do campo, direcionamento das pesquisas, entre outros aspectos. A rigorosa, mas calorosa metodologia pedagógica respeita os tempos e trajetórias diferenciadas dos educandos, considerando que na turma temos estudantes que acabaram de se formar em áreas bem técnicas e técnicos já formados amais tempo que já experimentaram as condições da extensão rural em nosso país e a lógica de trabalho e militância dos movimentos sociais. Este grupo de três universidades tem começado a realizar uma ruptura epstemológica na forma de conceber a formação dos técnicos, especialmente os técnicos que vão atuar na agricultura familiar camponesa brasileira. Inauguram o início de um novo tempo para as ciências agrárias e imagino que

aos poucos também vão inaugurar uma mudança relevante na pesquisa das ciências agrárias.

4. INTERPRETAÇÕES E CONCLUSÕES

A Residência Agrária nos 15 estados em que acontece a 1ª turma possui diferenças entre si, porque foram elaborados por profissionais, estudantes, lideranças dos movimentos sociais de diversas regiões que levaram em consideração a construção do conhecimento nas universidades, as estratégias presentes na rede de relações dos trabalhadores(as) do campo, as experiências profissionais dos estudantes, professores e dos movimentos, os fatores econômicos, políticos e sociais do campo.

Esses projetos também são expressões das relações entre Estado e Sociedade. Incorporaram regras jurídicas, bases legais, que nem sempre permitem o avanço das propostas na velocidade que desejamos, por mais bem intencionadas que sejam. Há uma tensão constante implícita em cada projeto. Foi esta diversidade de sujeitos, de instituições e de conhecimentos que deu materialidade aos projetos pedagógicos dos cursos.

Mesmo com essas diferenciações, há pontos comuns nesses projetos, que nós expressamos como sendo:

- O interesse em uma formação que eleve a qualificação dos sujeitos que atuam ou venham a atuar no campo, por meio da elevação da qualidade da Assistência Técnica e da Extensão Rural, utilizando metodologias participativas e projetos coletivos criativos e tecnologicamente avançados, capazes de reorientar as práticas sociais de modo ecologicamente sustentável e socialmente justo;
- Um processo que reforça princípios de liberdade, da construção de condições democráticas e solidárias;
- A formação de sujeitos que desenvolvam um esforço técnico, científico e político para em conjunto com as comunidades camponesas a superar as suas realidades.

Portanto, não basta trabalhar contra a fragmentação do conhecimento, é necessário descobrir quais os conhecimentos e saberes que nós não conseguimos enxergar e que podem contribuir para novas práticas, como também questionar porque certas teorias não conseguem explicar, ou dar conta de uma certa realidade. O que nos une é a incompletude do nosso conhecimento e as formas pelas quais utilizamos o mesmo para explicar uma realidade.

Neste contexto, situa-se o caráter de ineditismo da Residência Agrária. Atuamos junto~~s~~ a profissionais que estão em formação, ~~cujo~~ com o intuito ~~é o~~ de discutir o desenvolvimento do campo a partir da economia camponesa, algo que não tem sido realizado freqüentemente em boa parte dos diferentes cursos das ciências agrárias no Brasil.

É certo que não existe consenso teórico ou político a respeito dos conceitos de agricultura familiar e campesinato. Em todos os contextos onde a questão agrária e o desenvolvimento rural se tornam proeminentes no momento atual, faz-se necessário e urgente incentivar o debate democrático entre os vários sujeitos sociais implicados, o que inclui a universidade, os povos e movimentos sociais do campo, os setores públicos e privados envolvidos nestas questões. A compreensão e o consenso daí decorrentes serão

cruciais para que alcancemos a definição de um novo projeto de sociedade para o nosso país. E é neste sentido que o Residência Agrária quer contribuir[15].

O Programa junto com seus parceiros, estimula a discussão com um conjunto de sujeitos sociais que estão ~~entrando na terra e, portanto,~~ vivendo uma experiência nova – de produção, acesso a terra, trabalho, renda, resgate da cidadania, construção da dignidade. Da mesma forma, os parceiros do Programa, movimentos sociais e Universidades estão vivenciando através dele uma experiência nova de debate conceitual e político que integra os sujeitos sociais do campo, no sentido de construir uma visão técnica e política que seja alternativa ao modelo concentrador e monopolista vigente no país.

A Residência Agrária é uma novidade que está nascendo no Brasil. Nunca tivemos uma experiência deste tipo no Brasil. Todas as idéias são válidas – idéias dos profissionais, dos estudantes, dos professores, dos camponeses. Portanto, tem um imenso valor a construção deste projeto coletivo, respeitando as limitações de todos os sujeitos, aprendendo com as dificuldades e com os erros e principalmente aprendendo a lidar com os conflitos. Por isso, uma Residência para as Ciências Agrárias é bem-vinda!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDOINO, T. Abordagem Multirreferencial (Plural) das Situações Educativas e Formativas. In: J. G. BARBOSA (Org.).
Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: São Paulo: EdUFSCar, 1998.

CAVALETT.V.J. A Formação do Engenheiro Agrônomo em questão: A expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do séc. XXI. 1999, São Paulo. Tese de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP.

DERANI, C.Tutela Jurídica da apropriação do meio ambiente e as três dimensões da propriedade. Revista de Direitos Difusos, n. 20, julho/agosto 2003.

GOMES. J.C.C. Pesquisa em Agroecologia: Problemas, perspectivas e desafios. Texto Base do I Encontro de Agroecologia das Unidades da Embrapa e parceiros. 2005. Brasília (mimeo)

HERKENHOFF. J. B. Para onde vai o Direito? Reflexões sobre o papel do Direito e do Jurista, Porto Alegre, Livraria do Advogado 166 p.1996

SHERER-WARREN.I. Para uma metodologia de pesquisa dos movimentos sociais e educação no campo, 2005. Palestra proferida no Seminário da pesquisa na Educação do Campo. Brasília, 2005 (mimeo)

[15] Fragmento da Carta da Coordenação do Programa aos professores da Universidade Federal de Goiás - UFG